



CÓD: OP-0120T-21
7908403512072

PC-RJ

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

500 Questões Gabaritadas

(Investigador Policial e Inspetor de Polícia, Perito Legista e Perito Criminal)

CADERNO DE QUESTÕES

1. PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA

Texto II

Sonhos sonhos são

- Negras nuvens
 Mordes meu ombro em plena turbulência
 Aerojoça nervosa pede calma
 Aliso teus seios e toco
- 5 Exaltado coração
 Então despes a luva para eu ler-te a mão
 E não tem linhas tua palma
 Sei que é sonho
 Incomodado estou, num corpo estranho
- 10 Com governantes da América Latina
 Notando meu olhar ardente
 Em longínqua direção
 Julgam todos que avisto alguma salvação
 Mas não, é a ti que vejo na colina
- 15 Qual esquina dobrei às cegas
 E caí no Cairo, ou Lima, ou Calcutá
 Que língua é essa em que despejo pragas
 E a muralha ecoa
 Em Lisboa
- 20 Faz algazarra a malta em meu castelo
 Pálidos economistas pedem calma
 Conduzo tua lisa mão
 Por uma escada espiral
 E no alto da torre exibo-te o varal
- 25 Onde balança ao léu minh'alma
 Em Macau, Maputo, Meca, Bogotá
 Que sonho é esse de que não se sai
 E em que se vai trocando as pernas
 E se cai e se levanta noutro sonho
- 30 Sei que é sonho
 Não porque da varanda atiro pérolas
 E a legião de famintos se engalfinha
 Não porque voa nosso jato
 Roçando catedrais
- 35 Mas porque na verdade não me queres mais
 Aliás, nunca na vida foste minha

(Chico Buarque)

“Então despes a luva para eu ler-te a mão” (verso 6) Assinale a alternativa em que, passando-se o primeiro verbo do verso acima para o imperativo e alterando-se a pessoa do discurso, manteve-se adequação à norma culta.

- (A) Então dispais a luva para eu ler-vos a mão
 (B) Então despe a luva para eu ler-vos a mão
 (C) Então despi a luva para eu ler-vos a mão
 (D) Então despis a luva para eu ler-vos a mão
 (E) Então dispai a luva para eu ler-vos a mão

2. PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA



(Fernando Gonzales. <http://www2.uol.com.br/nique/>)

A respeito da tirinha acima, analise os itens a seguir:

- I. Um pressuposto para o alcance do humor da tirinha é conhecer a natureza da hiena.
- II. No segundo quadrinho, o demonstrativo é catafórico.
- III. O plural da palavra degrau, no segundo quadrinho, se faz da mesma forma que o de sarau.

Assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se todos os itens estiverem corretos.
- (C) se nenhum item estiver correto.
- (D) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (E) se somente os itens II e III estiverem corretos.

3. PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA

Assinale a alternativa correta quanto à grafia e à adequação vocabular.

- (A) Estudamos muito afim de sermos aprovados.
- (B) As idéias dela sempre vêm de encontro às minhas, ou seja, sempre concordamos um com o outro.
- (C) Naquela sessão da empresa, há funcionários pouco esforçados.
- (D) Somamos vultuosas quantias com o nosso esforço de poupar.
- (E) Ele é sempre tachado de ignorante.

4. PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA



(<http://www.maivados.com.br/>)

A respeito dos elementos textuais da tirinha acima, analise os itens a seguir:

- I. A forma “vem” no quarto quadrinho não encontra respaldo na norma culta.
- II. No terceiro quadrinho, o personagem, ao empregar duas perguntas com negativas, tem a intenção de torná-las de caráter afirmativo.
- III. No último quadrinho, o emprego do verbo no passado permite inferir que o teste já fora realizado.

Assinale:

- (A) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- (B) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- (C) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- (D) se todos os itens estiverem corretos.
- (E) se nenhum item estiver correto.

5. PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA

Assinale a alternativa em que o prefixo tenha valor semântico distinto dos demais.

- (A) anormal
- (B) apatia
- (C) apnéia
- (D) afasia
- (E) abotoar

Leia o texto abaixo para responder às questões 6, 7 e 8.

Texto 1

REFUNDAR AS POLÍCIAS

No Rio de Janeiro ninguém está satisfeito com as polícias, tanto Civil quanto Militar. Nem a sociedade, nem os próprios oficiais. Porém, as forças fluminenses não são as únicas em estado adiantado de degradação: suas deficiências apenas se tornaram mais visíveis.

Em quase todo o país as avaliações sobre essas corporações são negativas. Os baixos salários são o problema central e têm como consequência direta a necessidade de "bicos" para completar o orçamento familiar.

Nesse cenário, nada mais natural que a maioria dos policiais procure uma vaga na segurança privada. A lei proíbe, mas o bolso manda. E como não há fiscalização de fato para conter a jornada dupla, fica mais fácil burlar a regra - a responsabilidade sobre a segurança privada é da Polícia Federal, mas faltam agentes e sobram missões.

As secretarias estaduais, por sua vez, fingem que nada acontece. Se interviessem, implodiriam as contas públicas, que não resistiriam à emergência de uma demanda salarial reprimida. Afinal, é a segurança privada, informal e ilegal, que financia, indiretamente, a segurança pública, tornando possível um orçamento irreal. Eis aí o gato-orçamentário.

Mas quando não se fiscaliza a segurança privada para não atrapalhar o mal "benigno" ou a informalidade "bem intencionada", tampouco se vigia a ilicitude maligna. As milícias estão aí para não nos deixar mentir. E os turnos de trabalho irracionais? Quem teria coragem de racionalizá-los, se isso implica a quebra da espinha dorsal do bico?

Nos últimos anos, sobretudo no Rio, a corrupção policial agravou-se. A arcaica política do "confronto" conferia ao policial a autoridade para matar de forma arbitrária. E, ao mesmo tempo, lhe dava tacitamente o poder para negociar a vida e a liberdade, instituindo uma moeda forte e atraente - e em permanente inflação. Assim, o combate "fora-da-lei" ao crime buscou liquidá-lo, utilizando-se de práticas como a execução de delinquentes. O resultado foi desastroso e paradoxal: uma polícia envolvida em dinâmicas criminosas e, portanto, impotente diante do próprio crime. (...)

(Luiz Eduardo Soares, *Le Monde Diplomatique*, janeiro 2009)

6. FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO

Segundo o primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa que apresente a diferença entre as polícias do Rio de Janeiro e as dos demais estados.

- (A) As polícias fluminenses estão em maior degradação.
- (B) Os problemas das polícias fluminenses são mais visíveis.
- (C) As demais polícias estão tão degradadas quanto as fluminenses.
- (D) As forças fluminenses têm menos cobertura na imprensa que as demais.
- (E) As polícias dos demais estados têm melhores salários.

7. FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO

Os elementos sublinhados nas alternativas a seguir se referem a elementos anteriores ou posteriores do texto; assinale a alternativa em que o elemento referido está erradamente identificado.

- (A) "Em quase todo o país as avaliações sobre essas corporações são negativas" (L.6-7) = as polícias civil e militar do Rio de Janeiro.
- (B) "Nesse cenário, nada mais natural que a maioria dos policiais procure uma vaga na segurança privada." (L.10-11) = o cenário de degradação que envolve baixos salários.
- (C) "No Rio de Janeiro ninguém está satisfeito com as polícias,..." (L.1) = a sociedade e os policiais.
- (D) "...suas deficiências apenas se tornaram mais visíveis." (L.4-5) = das polícias civil e militar do Rio de Janeiro.
- (E) "Quem teria coragem de racionalizá-los, se isso implica a quebra da espinha dorsal do bico?" (L.26-27) = o mal "benigno" e a informalidade "bem intencionada".

8. FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO

O segundo parágrafo do texto estabelece uma relação entre uma causa - os baixos salários - e uma consequência - a necessidade de "bicos"; o item abaixo em que há uma relação correta entre causa e consequência dentro do que é expresso no texto é:

- (A) a degradação das polícias fluminenses traz como consequência a degradação das polícias dos demais estados.
- (B) as avaliações negativas das polícias civil e militar trazem como consequência os baixos salários dessas corporações.
- (C) a necessidade de "bicos" para completar o orçamento familiar traz como consequência a maior facilidade de burlar a regra.
- (D) o fato de burlar a regra da dupla jornada traz como consequência a reduzida fiscalização desse fato pelas autoridades competentes.

1.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um usuário está com um arquivo aberto no Word 2003 BR. A execução dos atalhos de teclado <Ctrl> + P e F8 têm, respectivamente, os seguintes significados:

- (A) configurar idioma / estender seleção.
- (B) configurar idioma / aplicar negrito.
- (C) imprimir arquivo / configurar idioma.
- (D) imprimir arquivo / estender seleção.
- (E) imprimir arquivo / aplicar negrito.

2.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

No Word 2003 BR, um inspetor da Polícia Civil executou as seguintes tarefas:

- I. abriu um arquivo previamente gravado no disco rígido;
- II. realizou algumas alterações no texto;
- III. gravou no HD o arquivo digitado.

Na execução das tarefas (I) e (III), ele empregou, respectivamente, os atalhos de teclado:

- (A) + A / + B.
- (B) + N / + B.
- (C) + G / + S.
- (D) + N / + S.
- (E) + A / + S.

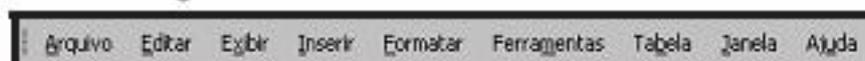
3.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um inspetor deseja, no Word 2003 BR, gerar uma página inteira com a mesma etiqueta. Para isso, ele deve adotar o seguinte procedimento:

- (A) digitar um Novo Documento em formato postscript com as informações das etiquetas repetidas e alinhadas correspondendo à posição das etiquetas na folha.
- (B) processar a folha de etiquetas na impressora várias vezes e alterar a posição do layout da etiqueta a cada vez na caixa de diálogo Envelopes e Etiquetas.
- (C) inserir as informações das etiquetas na caixa Endereço e clicar na opção Página inteira – mesma etiqueta da caixa de diálogo Envelopes e Etiquetas.
- (D) criar um novo documento de etiquetas com o uso do botão Novo Documento e empregar os comandos Copiar e Colar para gravar as informações de cada etiqueta.
- (E) gerar um arquivo texto com informações predefinidas e cruzá-lo com o modelo de etiquetas desejado escolhido na aba de ferramentas da caixa de diálogo Envelopes e Etiquetas.

4.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Observe a figura.



Ela representa uma referência existente no Word 2003 BR, conhecida como Barra de:

- (A) títulos.
- (B) menus.
- (C) status.
- (D) opções.
- (E) objetos.

5.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

No Word 2003 BR, estando na segunda linha do terceiro parágrafo de um texto, pressionar as teclas HOME e END irá gerar, respectivamente, o posicionamento do cursor do mouse no seguinte ponto:

- (A) início do texto / final do texto.
- (B) início do terceiro parágrafo / final do terceiro parágrafo.
- (C) início da segunda linha do terceiro parágrafo / final do terceiro parágrafo.
- (D) início do terceiro parágrafo / final da segunda linha do terceiro parágrafo.
- (E) início da segunda linha do terceiro parágrafo / final da segunda linha do terceiro parágrafo.

6.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

No Word 2003 BR, para utilizar o recurso de mala direta é necessária uma referência de um campo de arquivo de dados em um documento principal. Para fazer referência a um campo identificação_policial, o campo de arquivo de dado deve empregar delimitadores.

Nesse caso, a sintaxe a ser empregada é:

- (A) /* identificação_policial */
- (B) << identificação_policial >>
- (C) && identificação_policial &&
- (D) %% identificação_policial %%
- (E) \$\$ identificação_policial \$\$

7.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um usuário está digitando um texto no Word 2003 BR. Para inserir uma tabela com 5 linhas e 7 colunas, ele deve atuar no menu Tabela, acionando o seguinte ícone:



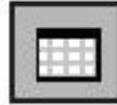
(A)



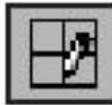
(B)



(C)



(D)



(E)

8.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um inspetor está digitando um texto no Word 2003 BR em um documento com muitas páginas e incluiu o logotipo da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, em cores, no cabeçalho de cada página. Ele observou que esse fato resultou em aumento significativo no tamanho do documento. Para o problema da replicação do logotipo em cada página do documento, o inspetor deverá proceder do seguinte modo:

- (A) gerar o arquivo DOC em formato compactado JPG.
- (B) criar um vínculo no Word para o arquivo do logotipo.
- (C) converter o arquivo do logotipo para o formato WMF.
- (D) redimensionar a imagem para a resolução de 800 x 600 pixels.
- (E) salvar a imagem colorida para um arquivo BMP em tons de cinza.

9.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um policial civil está registrando uma ocorrência e, para isso, utiliza o Word 2003 BR.

Nessa atividade, ele executou os seguintes procedimentos:

- I. abriu um modelo já criado anteriormente;
- II. num determinado ponto do texto, criou uma tabela, aplicou alguns recursos de estilo e inseriu a logomarca da instituição;
- III. ao final do trabalho, teclou F7 para executar o recurso de verificação de ortografia e gramática;
- IV. selecionou a tabela para pequenos ajustes e pressionou uma tecla indevidamente, o que provocou a deleção da tabela.

Para desfazer o erro e restaurar a tabela na posição anteriormente ocupada no texto, ele deve executar o seguinte atalho de teclado:

- (A) <Ctrl> + K.
- (B) <Ctrl> + Y
- (C) <Ctrl> + R.
- (D) <Ctrl> + W.
- (E) <Ctrl> + Z.

10.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Quando se utilizam os recursos oferecidos pelo Word 2003 BR, é possível e conveniente, a partir da opção Ferramentas existente na barra de menu, definir um nível de segurança para macros, embora isso já seja feito por default, no momento em que o software é instalado.

Nesse contexto, analise os níveis caracterizados a seguir:

I. O usuário pode escolher se irá ou não executar macros que podem não ser seguras.

II. Somente macros de fontes seguras serão executadas; macros não assinadas serão desativadas automaticamente.

Os níveis de segurança I e II são denominados, respectivamente:

- (A) Médio e Alto.
- (B) Baixo e Médio.
- (C) Alto e Muito Alto.
- (D) Baixo e Muito Alto.
- (E) Médio e Muito Alto.

11.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

No contexto dos processadores de texto existentes no mercado, existe uma extensão no nome de arquivo como alternativa ao formato .doc, para utilização em casos da necessidade de se transferirem documentos de texto formatados entre aplicativos, mesmo que sejam executados em plataformas diferentes.

Tanto o Word 2003 BR do MSOffice como o Writer do pacote BrOffice.org 2.3 permitem o emprego dessa outra extensão, indicada como um formato de arquivo que vários processadores de texto entendem, sendo utilizado com frequência quando o documento é criado em um processador de texto mas editado em outro.

Essa extensão é conhecida por:

- (A) FLA.
- (B) PDF
- (C) RTF.
- (D) STD.
- (E) TXT.

12.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um usuário do processador de textos BROffice.org 2.3.1 Writer digitou um trabalho no software e ao final realizou os ajustes de rotina. Ao final salvou-o na pasta Meus Documentos, existente no disco rígido C: do microcomputador. Para isso, ele dispõe de duas alternativas, Salvar e Salvar Como..., atividades executadas por meio do uso de dois atalhos de teclado.

Esse atalhos são, respectivamente:

- (A) Ctrl + B e Ctrl + Shift + B.
- (B) Ctrl + S e Ctrl + Alt + S.
- (C) Ctrl + S e Ctrl + Shift + B.
- (D) Ctrl + B e Ctrl + Alt + B.
- (E) Ctrl + S e Ctrl + Shift + S.

13.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um inspetor da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro está digitando um texto no BROffice.org 2.3 Writer e, na seqüência dessa atividade, executou dois atalhos de teclado: o primeiro, pressionando simultaneamente as teclas <Ctrl> e A, para alterar o estilo da letra utilizada; o segundo, pressionando simultaneamente as teclas <Ctrl>e F, para uso de um outro recurso.

Esses atalhos de teclado, possuem, respectivamente, os seguintes significados:

- (A) selecionar tudo / formatar páginas.
- (B) selecionar tudo / localizar e substituir.
- (C) selecionar tudo / aplicar formatação padrão.
- (D) abrir arquivo existente / localizar e substituir.
- (E) abrir arquivo existente / aplicar formatação padrão.

14.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

A figura ilustra o emprego de um recurso em um texto, existente no software BROffice.org 2.3 Writer.

POLÍCIA CIVIL

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2008 - PC-RJ) O Poder Constituinte Originário tem por características ser:

- (A) incondicionado e irrestrito.
- (B) permanente e limitado.
- (C) primário e condicionado.
- (D) autônomo e restrito
- (E) ilimitado e transitório.

2. (FGV - 2008 - PC-RJ) Estão em desacordo com o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal/88:

- (A) poderes delegados para a União.
- (B) poderes remanescentes para os Estados.
- (C) poderes definidos indicativamente para os Municípios.
- (D) áreas comuns de atuações paralelas da União, Estado, Distrito Federal e Municípios.
- (E) setores concorrentes entre União e Estados.

3. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Constituição Federal/88 assegura o direito à vida, admitindo, no entanto, a pena de morte em caso de guerra declarada pelo Presidente da República, devidamente autorizado pelo Senado Federal.
- (B) Somente o cidadão tem legitimidade para a proposição da ação popular, podendo o autor ficar sujeito ao pagamento das custas judiciais.
- (C) Nos casos de desapropriação em que o bem de produção urbano não cumpre a sua função social, a indenização poderá ser em dinheiro ou em títulos da dívida pública.
- (D) A pena de banimento, vedada pela Constituição Federal/88, impede a expulsão do estrangeiro, mesmo que seu procedimento o torne nocivo à convivência e ao interesse nacional.
- (E) As associações só poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial transitada em julgado.

4. (FGV - 2008 - PC-RJ) Incumbe à Polícia Civil, de acordo com as disposições constitucionais vigentes, a função de:

- (A) polícia administrativa
- (B) polícia ostensiva.
- (C) polícia executiva.
- (D) polícia judiciária.
- (E) polícia repressiva.

5. (FGV - 2008 - PC-RJ) Considere as seguintes afirmativas sobre o tema Administração Pública:

I. O direito de greve do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar.

II. Quando houver compatibilidade de horários, não é vedada a acumulação remunerada de dois cargos públicos técnicos ou científicos, em consonância com a Constituição Federal/88.III. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

6. (FGV - 2008 - PC-RJ) Não se constitui pressuposto formal do estado de defesa:

- (A) a especificação das áreas abrangidas pelo decreto do Presidente da República.
- (B) a prévia manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- (C) a determinação, no decreto do Presidente da República, do tempo de sua duração, que não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.
- (D) a existência de grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem pública.
- (E) a indicação de medidas coercitivas, dentre as discriminadas na Constituição Federal.

7. (FGV - 2008 - PC-RJ) A Lei Maior determina competir ao Poder Público a organização, nos termos da lei, da seguridade social, com observância obrigatória de determinados objetivos, entre os quais, não se inclui:

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) equidade na forma de participação no custeio.
- (C) diversidade da base de financiamento.
- (D) seletividade na prestação dos benefícios e serviços.
- (E) caráter centralizado da gestão administrativa.

8. (FGV - 2008 - PC-RJ) No que concerne ao dever do Estado de efetivar a educação, a Constituição Federal/88 prevê expressamente a garantia de:

- (A) ensino fundamental facultativo e gratuito, inclusive para todos que não tiveram acesso na idade própria.
- (B) progressiva universalização do ensino médio gratuito.
- (C) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, obrigatoriamente na rede regular de ensino.
- (D) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educador.
- (E) atendimento ao educando, na educação infantil, por meio de programas suplementares de transporte e alimentação.

9. (FGV - 2008 - PC-RJ) A Constituição Federal/88 prevê que nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística, observados os seguintes preceitos constitucionais, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) a liberdade de pensamento
- (B) o direito de resposta
- (C) a inviolabilidade à intimidade
- (D) a liberdade de ação profissional
- (E) a liberdade religiosa

10. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito do poder constituinte derivado, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O procedimento que deve ser adotado para a reforma do texto constitucional está necessariamente previsto na própria Constituição.
- (B) A aprovação de uma emenda constitucional depende dos votos favoráveis de 3/5 dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, obtidos em dois turnos de votação em cada uma delas.
- (C) As chamadas cláusulas pétreas da Constituição estabelecem limitações materiais ao poder constituinte derivado.
- (D) É vedada a aprovação de emenda constitucional que altere o regime constitucional da previdência social, tal como instituído no art. 201 e seguintes da Constituição de 1988.
- (E) Norma aprovada pelo poder constituinte derivado está sujeita ao controle judicial de constitucionalidade.

11. (FGV - 2008 - PC-RJ) As alternativas a seguir apresentam alguns direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, previstos na Constituição de 1988, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Estabilidade.
- (B) Licença paternidade.
- (C) Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- (D) Participação nos lucros.
- (E) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

12. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito do sistema de controle de constitucionalidade das leis previsto na Constituição de 1988, analise as afirmativas a seguir:

I. O controle incidental de constitucionalidade das leis, no Brasil, é exercido exclusivamente pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de recurso extraordinário.

II. Podem propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, dentre outros legitimados, o Presidente da República, os Governadores de Estado ou do Distrito Federal, e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

III. A decisão do Supremo Tribunal Federal que declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de lei em sede de controle concentrado tem efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal.

IV. É pressuposto de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do dispositivo legal cuja constitucionalidade se discute.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II, III e IV estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

13. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito do princípio constitucional da presunção de inocência, assinale a alternativa correta.

- (A) Proíbe que réus não condenados por sentença transitada em julgado sejam submetidos à prisão cautelar.
- (B) Determina que todos os réus condenados à pena privativa liberdade tenham direito à progressão de regime prisional.
- (C) Determina que a prisão de réus ainda não condenados por sentença definitiva só possa ser decretada excepcionalmente, em casos de necessidade concretamente demonstrada.
- (D) Não se aplica aos acusados de crimes hediondos, os quais devem necessariamente responder ao processo sob custódia cautelar.
- (E) Apenas os réus que se declararem culpados em interrogatório judicial poderão ser condenados à pena privativa de liberdade.

14. (FGV - 2008 - PC-RJ) Não é competência do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente:

- (A) a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do 'exequatur' às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno a seu Presidente.
- (B) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
- (C) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
- (D) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (E) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

15. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito da possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos prevista na Constituição, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitida a acumulação de dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários, sendo que a remuneração não pode ultrapassar, nos Estados, o subsídio pago aos desembargadores do Tribunal de Justiça.
- (B) É vedada a acumulação de dois cargos de professor, ainda que se verifique compatibilidade de horários.
- (C) É permitida a acumulação de dois cargos de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários, sendo que a remuneração não pode ultrapassar, nos Estados, o subsídio pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Os profissionais de saúde podem acumular até dois cargos, desde que haja compatibilidade de horários. A restrição constitucional não se aplica aos empregos em fundações públicas.
- (E) É permitida a acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico, desde que haja compatibilidade de horários, sendo que a remuneração, nos Estados, não pode ultrapassar o subsídio mensal do Governador.

16. (FGV - 2008 - PC-RJ) A constituição de 1988 prevê, em caso de prisão em flagrante delito, que a autoridade policial, a quem for apresentado o preso, tomará, dentre outras, as seguintes providências:

- (A) informará ao preso, antes de tomar seu depoimento, o direito de permanecer calado, advertindo-o de que seu silêncio pode ser interpretado em seu prejuízo.
- (B) informará ao preso seus direitos, dentre os quais o de permanecer calado e o de ser assistido por advogado, e comunicará a prisão imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (C) comunicará a prisão imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público, à defensoria pública e à Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) relaxará imediatamente a prisão, se for ilegal, ou decretará sua prisão cautelar, se presentes os requisitos legais.
- (E) conduzirá imediatamente o preso que não possuir advogado à presença do juiz competente, e este lhe designará advogado dativo para acompanhar o interrogatório policial.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
A inspeção de segurança veicular consubstancia, precisamente, o exercício de poder:
(A) vinculado
(B) discricionário.
(C) hierárquico.
(D) subalterno.
(E) regulamentar.
2. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
O jurado, no Tribunal do Júri, exerce:
(A) cargo efetivo.
(B) função paradministrativa.
(C) cargo comissionado.
(D) cargo gratificado.
(E) função pública.
3. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Quando o servidor público atua fora dos limites de sua competência, mas visando ao interesse público, pratica:
(A) excesso de poder, que caracteriza abuso de poder.
(B) excesso de poder, mas que, no caso, não caracteriza abuso de poder.
(C) desvio de poder, que caracteriza abuso de poder;
(D) desvio de poder, mas que, no caso, não caracteriza abuso de poder.
(E) ato válido.
4. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
O alvará para licença de construção de imóvel consubstancia um ato:
(A) normativo.
(B) ordinatório.
(C) enunciativo.
(D) negocial.
(E) punitivo.
5. (FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)
Os serviços municipais de calçamento se traduzem como:
(A) individuais.
(B) gerais.
(C) administrativos.
(D) industriais
(E) próprios
6. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
Não é princípio da Administração Pública:
(A) hierarquia.
(B) especialidade.
(C) motivação.
(D) autotutela.
(E) universalidade.
7. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
Entre os atos administrativos a seguir, aquele que se caracteriza como ato constitutivo é:
(A) a isenção.
(B) a aplicação de penalidade .
(C) o parecer.
(D) a anulação.
(E) o atestado.
8. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se às atribuições de:
(A) direção, apenas.
(B) natureza política e de interesse público.
(C) natureza técnica, chefia e direção, apenas.
(D) direção, chefia e assessoramento, apenas.
(E) qualquer natureza administrativa.
9. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
A usurpação de função e a desapropriação de um bem imóvel da União por um município são, respectivamente, vícios do ato administrativo relativos à:
(A) competência e objeto.
(B) sujeito e competência.
(C) incapacidade e forma.
(D) incompetência e motivo.
(E) objeto e finalidade.
10. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)
A respeito do tema controle da Administração Pública, analise as afirmativas a seguir.
I. O controle legislativo abrange os atos do Poder Executivo e alguns do Poder Judiciário.
II. O controle político relaciona-se com os aspectos da legalidade, não apreciando as decisões administrativas sob o aspecto da discricionariedade.
III. O controle financeiro compreende, entre outros, o controle de resultados de cumprimento dos programas de trabalho e de metas.
IV. A fiscalização inclui o sistema de controle externo exercido por cada um dos Poderes em relação aos outros.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente a afirmativa I, II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa I, III e IV estiverem corretas.

tas.

- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

11. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Não é uma característica comum às entidades da Administração Indireta:

- (A) criação e extinção por lei.
- (B) controle interno pelo Poder Executivo.
- (C) desempenho de atividade de natureza econômica.
- (D) contratação de obras e serviços mediante licitação pública.
- (E) exigência de prévio concurso público para ingresso de pessoal efetivo.

12. (FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

A rescisão unilateral de concessão de serviço público por razão de inadimplemento contratual é denominada:

- (A) reversão.
- (B) avocação.
- (C) encampação.
- (D) intervenção.
- (E) caducidade.

13. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Após a devida publicação do aviso contendo o resumo do edital de uma licitação na modalidade concorrência, do tipo técnica e preço, o administrador público estadual poderá realizar o certame, de acordo com a Lei Federal 8666/93, no prazo de:

- (A) 8 (oito) dias úteis.
- (B) 10 (dez) dias.
- (C) 15 (quinze) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 60 (sessenta) dias.

14. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Quanto à finalidade, é caracterizado como vício do ato administrativo:

- (A) a função de fato.
- (B) a inexistência de motivos.
- (C) o desvio de poder.
- (D) o excesso de poder.
- (E) o objeto impossível.

15. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

A transferência da execução de serviço público comum à pessoa jurídica de direito privado já existente, mediante contrato administrativo, conservando o Poder Público a titularidade do serviço, é caso de:

- (A) desconcentração administrativa por outorga.
- (B) desconcentração funcional por colaboração.
- (C) descentralização administrativa por delegação legal.
- (D) descentralização administrativa por colaboração.
- (E) concentração funcional por delegação negocial.

16. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

A Administração Pública, diante de uma rescisão de contrato administrativo, por culpa do contratado, retém os créditos decorrentes do contrato até os limites dos prejuízos causados. Nessa situação, a retenção dos créditos é de natureza:

- (A) satisfativa.
- (B) coercitiva.
- (C) acautelatória.
- (D) restituitória.
- (E) judicial.

17. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Com relação aos contratos de concessão de serviços públicos, analise as afirmativas a seguir:

I. Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

II. A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

III. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, inclusive os impostos sobre a renda, após a data da assinatura do contrato, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

IV. O poder concedente não poderá prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, a fim de favorecer a modicidade das tarifas para os usuários.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas I e IV estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas III e IV estiverem corretas.

18. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Com relação à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função pública, analise as afirmativas a seguir:

I. O funcionário público, condenado na esfera criminal, poderá ser absolvido na esfera civil e administrativa, prevalecendo a regra da independência entre as instâncias.

II. A absolvição judicial do servidor público repercute na esfera administrativa se negar a existência do fato ou excluí-lo da condição de autor do fato.

III. A Administração Pública pode demitir funcionário público por corrupção passiva antes de transitado em julgado da sentença penal condenatória.

IV. A absolvição do servidor público, em ação penal transitada em julgado, por não provada a autoria, implica a impossibilidade de aplicação de pena disciplinar administrativa, porém permite a ação regressiva civil para ressarcimento de dano ao erário.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

19. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

É dispensável a licitação:

- (A) nos casos de emergência ou de calamidade pública para parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, podendo ser prorrogado uma única vez.
- (B) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- (C) para locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial de âmbito local com área de até 350 m² (trezentos e cinquenta metros quadrados) e inseridos no âmbito de programas de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública.
- (D) para a contratação de serviços técnicos relativos à treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (E) para contratação de obra complementar, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

20. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Tem legitimidade para representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade:

- (A) somente o Ministério Público.
- (B) somente o controle externo ou corregedoria do órgão.
- (C) somente o controle interno do órgão, em caráter sigiloso.
- (D) somente o Ministério Público, Tribunal ou Conselho de Contas.
- (E) qualquer pessoa que deseje ver apurada a prática de ato de improbidade.

21. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

Os atos administrativos, quanto à intervenção da vontade administrativa, podem ser classificados como atos:

- (A) simples.
- (B) perfeitos.
- (C) consumados.
- (D) constitutivos.
- (E) gerais.

22. (FGV - 2010 - PC-AP - DELEGADO DE POLÍCIA)

São hipóteses que representam o exercício do controle político do Poder Legislativo sobre a Administração Pública, exceto:

- (A) a competência para apuração de irregularidades pelas Comissões Parlamentares de Inquérito.
- (B) a competência para o controle de legitimidade das despesas, que, a despeito da sua legalidade, não atendam a ordem de prioridade estabelecida no plano plurianual.
- (C) a competência do Congresso para apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- (D) a competência do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (E) a competência do Senado Federal para processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

DIREITO PENAL

1. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Relativamente aos princípios de direito penal, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Não há crime sem lei anterior que o defina.
- (B) Não há pena sem prévia cominação legal.
- (C) Crimes hediondos não estão sujeitos ao princípio da anterioridade da lei penal.
- (D) Ninguém pode ser punido por fato que a lei posterior deixa de considerar crime.
- (E) A lei posterior que de qualquer modo favorece o agente aplica-se aos casos anteriores.

2. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:

- (A) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.
- (B) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentor de função pública.
- (C) os presos têm assegurado o respeito à sua integridade física, mas não à integridade moral.
- (D) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.
- (E) as penas privativas de liberdade poderão ser impostas aos sucessores do condenado.

3. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Assinale a alternativa correta.

- (A) Expirado o prazo de validade da lei temporária, não se poderá impor prisão em flagrante àqueles que praticarem o crime após a expiração, mas ainda será possível a instauração de processo criminal.
- (B) Todos aqueles que praticaram o crime durante a vigência da lei temporária poderão ser processados, mesmo depois de expirado seu prazo de vigência.
- (C) Cessada a vigência da lei temporária, consideram-se prescritos os crimes praticados durante sua vigência.
- (D) O princípio da ultra-atividade da lei penal permite que todos aqueles que pratiquem o crime no intervalo de três anos a partir do fim do prazo de vigência da lei temporária sejam processados criminalmente.
- (E) Terminado o prazo de vigência da lei temporária, ocorrerá a abolição criminis, libertando-se os que estiverem presos em razão da prática do crime previsto nessa lei.

4. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Um fato criminoso praticado no interior de uma embarcação privada brasileira que esteja em alto-mar, fora das águas territoriais de qualquer país, está sujeito à aplicação da seguinte lei penal:

- (A) brasileira.
- (B) do país de onde a embarcação tiver partido.
- (C) do país para onde a embarcação estiver se dirigindo.
- (D) do país mais próximo de onde estiver a embarcação.
- (E) do país em que primeiro aportar a embarcação.

5. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Considera-se em legítima defesa quem:

- (A) pratica o fato sob coação irresistível.
- (B) pratica o fato para salvar-se de perigo que ele próprio provocou.
- (C) pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio cujo sacrifício não era razoável exigir-se.
- (D) pratica o fato por erro plenamente justificado pelas circunstâncias e que tenha sido causado por terceiro.
- (E) pratica o fato utilizando moderadamente dos meios necessários para repelir uma agressão injusta a direito próprio ou de outrem, desde que a agressão seja atual ou iminente.

6. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) São considerados crimes contra o patrimônio:

- (A) homicídio (art. 121 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (B) roubo (art. 157 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (C) roubo (art. 157 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e extorsão mediante sequestro (art. 159 do Código Penal).
- (D) estelionato (art. 171 do Código Penal), furto (art. 155 do Código Penal) e sequestro e cárcere privado (art. 148 do Código Penal).
- (E) dano (art. 163 do Código Penal), violação de domicílio (art. 151 do Código Penal) e furto (art. 155 do Código Penal).

7. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Relativamente ao tipo objetivo, pode-se afirmar que o crime de incêndio ("art. 250: Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem") é considerado:

- (A) de perigo abstrato.
- (B) de perigo concreto.

- (C) de perigo presumido.
- (D) de alto risco.
- (E) de baixo risco.

8. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Em relação aos atos que podem constituir crimes de tortura, assinale a afirmativa incorreta.

(A) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico com o fim de obter informação

(B) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico para provocar ação ou omissão de natureza criminosa

(C) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial ou religiosa

(D) submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou ameaça, a intenso sofrimento mental, como forma de aplicar castigo pessoal

(E) constranger alguém sem emprego de violência nem ameaça, para que faça algo que a lei não obriga

9. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Relativamente ao crime de tortura (Lei 9.455/97), é correto afirmar que a pena do crime é aumentada quando:

(A) o crime é cometido contra agente público.

(B) o crime é cometido por pessoa maior de sessenta anos.

(C) o crime é cometido por agente público.

(D) o crime é cometido durante o repouso noturno.

(E) a pessoa que tinha o dever de evitá-las ou apurá-las se omite em face dessas condutas.

10. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - Inspetor de Polícia) O Supremo Tribunal Federal decidiu que os crimes previstos no art. 1º da Lei 8.137/90 são crimes materiais. Isso significa que:

(A) é preciso aguardar o término do procedimento administrativo-fiscal em que seja constatada a efetiva redução ou supressão do tributo para ajuizar a ação penal por crime de sonegação fiscal.

(B) é preciso que a denúncia venha acompanhada de laudo pericial subscrito por dois peritos oficiais atestando a falsificação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais.

(C) o autor do crime terá a pena aumentada em 1/3 a 2/3.

(D) não será instaurado inquérito para apuração da conduta do funcionário que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

(E) a lei foi revogada.

11. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Na Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86), não está previsto o seguinte crime:

(A) gerir fraudulentamente instituição financeira

(B) induzir ou manter em erro, sócio, investidor ou repartição pública competente, relativamente a operação ou situação financeira, sonegando-lhe informação ou prestando-a falsamente.

(C) fazer inserir elemento falso ou omitir elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos de valores mobiliários.

(D) ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra o sistema financeiro nacional.

(E) efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do país.

12. (PC-RJ - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA) Segundo a Lei 7.716/89, as condutas relacionadas a seguir constituem crime de racismo, à exceção de uma. Assinale-a.

(A) impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público

(B) impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar

(C) constranger alguém com emprego de violência ou ameaça, causando-lhe sofrimento físico em razão de discriminação racial ou religiosa

(D) impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a eles

(E) negar ou obstar emprego em empresa privada

13. (FGV - 2008 - PC-RJ) Assinale a alternativa que apresente circunstância que não qualifica o crime de homicídio doloso.

(A) Quando o homicídio é praticado mediante promessa de recompensa.

(B) Quando o homicídio é praticado mediante emprego de veneno.

(C) Quando o homicídio é praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.

(D) Quando o homicídio é praticado para assegurar a impunidade de outro crime.

(E) Quando o homicídio é praticado mediante emprego de asfixia.

14. (FGV - 2008 - PC-RJ) Com relação ao concurso de pessoas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
- (C) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, salvo quando previsível o resultado mais grave, caso que será aplicada a pena do crime mais grave.
- (D) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- (E) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

15. (FGV - 2008 - PC-RJ) Assinale a alternativa que apresente circunstância que não aumenta a pena do crime de homicídio culposo.

- (A) Se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão.
- (B) Se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.
- (C) Se o agente foge para evitar prisão em flagrante.
- (D) Se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.
- (E) Se o crime resulta de inobservância de regra técnica de ofício.

16. (FGV - 2008 - PC-RJ) A respeito dos crimes contra o patrimônio, analise as afirmativas a seguir:

I. Nos crimes contra o patrimônio, é isento de pena o autor que pratica o crime em prejuízo de ascendente ou descendente, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

II. Sempre que houver isenção de pena ao autor de crime contra o patrimônio, a isenção não se aplica ao estranho que participa do crime, mas é causa de diminuição da pena em grau que varia de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).

III. Nos crimes contra o patrimônio somente se procede mediante representação se o crime é cometido em prejuízo de tio ou sobrinho, com quem o agente coabita, salvo se houver emprego de grave ameaça ou violência à pessoa ou ainda se a vítima tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

17. (FGV - 2008 - PC-RJ) Com relação às penas, analise as afirmativas a seguir:

I. São penas privativas de liberdade: detenção, reclusão e limitação de fim de semana.

II. O Código Penal prevê somente as seguintes hipóteses de penas restritivas de direitos: prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; interdição temporária de direitos e prestação pecuniária.

III. A pena de interdição temporária de direitos compreende as seguintes situações: proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como mandato eletivo; proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público; suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo; proibição de frequentar determinados lugares; e, obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por cinco horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado, ocasião em que serão ministrados cursos e palestras ou atribuídas atividades educativas.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

18. (FGV - 2008 - PC-RJ) José da Silva é guarda-vidas da piscina do clube Bonsucesso, muito frequentado por crianças. Todos os dias, a piscina do clube é aberta às 9 horas da manhã pelo servente João de Souza e José da Silva é sempre o primeiro a entrar na área da piscina e assumir seu posto no alto da cadeira de guarda-vidas. Contudo, no dia 1º de novembro de 2008, José da Silva não chegou no horário. Mesmo sabendo que a piscina é aberta às 9 horas, José chegou no clube somente às 10 horas e se deparou com uma cena macabra: duas crianças estavam mortas, afogadas na piscina.

A partir do fragmento acima, assinale a alternativa correta.

- (A) José da Silva não praticou crime algum.
- (B) José da Silva praticou o crime de omissão de socorro (art. 135, do Código Penal).
- (C) José da Silva praticou o crime de homicídio culposo (art. 121, §3º, do Código Penal).
- (D) José da Silva praticou o crime de homicídio doloso na modalidade comissiva (art. 121, caput, do Código Penal).
- (E) José da Silva praticou o crime de homicídio doloso na modalidade comissiva por omissão, pois ele exercia a função de garantidor (art. 121, caput c/c art. 13, § 2º, do Código Penal).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Relativamente ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito pode ser instaurado pelo inspetor de polícia.
- (B) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito será instaurado mesmo sem a manifestação expressa de concordância por parte da vítima ou de quem puder representá-la.
- (C) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o inquérito somente será instaurado se houver manifestação expressa de concordância por parte da vítima ou de quem puder representá-la.
- (D) O inquérito pode ser instaurado mediante requisição do Ministério Público.
- (E) Não cabe recurso do despacho que indefere o requerimento de abertura de inquérito.

2.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Assinale a alternativa que indique o crime em que não caberá prisão temporária.

- (A) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º)
- (B) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único)
- (C) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)
- (D) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)
- (E) estelionato (art. 171, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

3.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Um delegado poderá deixar de realizar, a seu juízo, a seguinte diligência:

- (A) colheita de todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- (B) determinação, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.
- (C) oitiva do indiciado.
- (D) oitiva do ofendido.
- (E) diligência que for requerida pelo ofendido.

4.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

As alternativas a seguir completam corretamente o fragmento a seguir, à exceção de uma. Assinale-a.

Considera-se em flagrante delito quem...

- (A) está cometendo a infração penal.
- (B) acaba de cometer a infração penal.
- (C) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- (D) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- (E) é apontado por qualquer pessoa do povo como autor de crime infamante.

5.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

A prisão preventiva poderá ser decretada:

- (A) como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- (B) nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer e especificamente nos crimes punidos com pena de detenção quando o autor do crime for identificado e possuir residência onde possa ser encontrado.
- (C) quando o agente pratica o crime em situação de legítima defesa.
- (D) sempre que houver necessidade para investigação, tanto nos crimes dolosos como culposos.
- (E) nos crimes hediondos, ainda que não estejam presentes os requisitos cautelares

6.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Assinale a alternativa que indique o crime em que não é cabível a interceptação das comunicações telefônicas regulada pela Lei 9.296/96.

- (A) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º)
- (B) estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único)
- (C) extorsão mediante seqüestro (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)
- (D) ameaça (art. 147)
- (E) roubo (art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º)

7.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Relativamente à lei de interceptações telefônicas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal.
- (B) Deferido o pedido de interceptação, o ofendido conduzirá os procedimentos de interceptação.
- (C) O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, com indicação dos meios a serem empregados.
- (D) Só será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis.
- (E) Constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei.

8.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Relativamente aos Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Nas hipóteses de infração de menor potencial ofensivo, ao autor do fato que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.
- (B) Nos casos de infrações penais de menor potencial ofensivo em que a ação penal é de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o autor do fato e a vítima poderão realizar a composição dos danos, pondo fim ao litígio e acarretando a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- (C) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e homologada pelo Juiz mediante sentença irreversível, por fim ao processo, devendo, no entanto, a vítima ajuizar ação de conhecimento perante o juízo civil competente.
- (D) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- (E) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

9.(FGV - 2008 - PC-RJ - INSPETOR DE POLÍCIA)

Nas situações apresentadas a seguir é imposta prisão em flagrante, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) nas infrações de menor potencial ofensivo, ao agente que se recusar a comparecer ao juizado especial criminal quando intimado
- (B) nos crimes de trânsito ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, se o agente prestar pronto e integral socorro àquela
- (C) ao agente do crime de extorsão mediante seqüestro que se comprometer a delatar os comparsas da prática criminosa
- (D) ao agente que alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, em razão de seu valor ecológico sem autorização da autoridade competente
- (E) ao agente do crime de estelionato que se propuser a reparar o dano causado posteriormente

10.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Com relação ao sistema processual penal brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

- I. O processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, entre outros, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- II. A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- III. A lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

11.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Em relação à ação penal, analise as afirmativas a seguir:

I. A mulher casada não poderá exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estiver dele separada ou quando a queixa for contra ele.

II. O direito de ação penal privada subsidiária da pública está previsto na Constituição bem como no Código de Processo Penal.

III. Se o ofendido for retardado mental e colidirem os interesses dele com os de seu representante legal, o direito de queixa poderá ser exercido por curador especial, nomeado pelo juiz competente para o processo penal.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

12.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

A respeito do sistema de recursos em geral, previsto no Código de Processo Penal, analise as afirmativas a seguir:

I. O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.

II. No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.

III. Os recursos serão sempre voluntários, não se admitindo recursos interpostos, de ofício, pelo juiz.

Assinale:

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

13.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) São consideradas ilícitas as provas obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, devendo ser desentranhadas do processo, mas a ilegalidade não se estende às provas derivadas daquelas, qualquer que seja a hipótese.

(B) Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão feitos por dois peritos oficiais.

(C) Os cadáveres serão fotografados apenas depois de retirados do local do crime, em respeito à família dos mortos.

(D) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

(E) Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas que interessarem ao processo poderão ser restituídas, desde que aos seus proprietários.

14.(FGV - 2008 - PC-RJ - OFICIAL DE CARTÓRIO)

Analise as afirmativas a seguir:

I. Nenhum acusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor e a lei determina que a defesa técnica, quando realizada por defensor público ou dativo, será sempre exercida através de manifestação fundamentada.

II. A intimação do defensor constituído, do defensor nomeado, do advogado do querelante e do assistente far-se-á por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca, incluindo, sob pena de nulidade, o nome do acusado

III. A audiência poderá ser adiada se, por motivo justificado, o defensor não puder comparecer

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

MEDICINA LEGAL

1. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

O "Traité des Relatoires" pode ser considerado como a primeira grande obra de Medicina Legal do mundo ocidental, cujo autor foi:

- (A) Ambroise Paré.
- (B) Lacassagne.
- (C) Thoinot.
- (D) Foderé.
- (E) Devergie.

2. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Um indivíduo hipomaniaco trabalha em um banco. Observa a rotina e descobre que pode desviar dinheiro de contas de clientes, temporariamente, para a sua própria conta de modo a ganhar dividendos. Depois de algum tempo lucrando em prejuízo alheio, é descoberto e processado.

Assinale a alternativa que indica de que modo sua condição mental pode interferir na aplicação da pena.

- (A) Não interfere na aplicação da pena.
- (B) Isenta-o, pois é doente mental.
- (C) Atenua, porque seu transtorno o priva do autocontrole.
- (D) Atenua, pois tem uma perturbação da saúde mental.
- (E) Isenta-o, pois tem um transtorno grave da personalidade.

3. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Foi professor de Psiquiatria na Faculdade de Medicina da Bahia do fim do século XIX ao início do século XX; estudioso da Criminologia, correlacionava aspectos étnicos com o comportamento delinquente; considerado o pai da Medicina Legal brasileira.

O fragmento acima refere-se a:

- (A) Nina Rodrigues.
- (B) Oscar Freire.
- (C) Afrânio Peixoto.
- (D) Souza Lima.
- (E) Conselheiro Jobim.

4. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

O médico comum, não-legista, está proibido de dar a declaração de óbito nos casos de morte violenta ou suspeita de violenta. Os dispositivos legais que o proíbem, em locais em que haja serviço médico-legal, são apresentados a seguir, exceto um. Assinale-o.

- (A) Código de Processo Penal.
- (B) Lei 8501/92 (utilização de cadáveres para estudo e pesquisa).
- (C) Decreto n. 1754/78 do Estado do Rio de Janeiro (normas sanitárias).
- (D) Resoluções 1290/89 e 1779/05 do Conselho Federal de Medicina (responsabilidade do médico na Declaração de Óbitos).
- (E) Lei n. 6015/73 (Lei dos Registros Públicos).

5. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Entre os dados importantes para determinação da causa jurídica da morte está a reação vital. Seu diagnóstico, porém, nem sempre é fácil.

Alguns sinais que costumam confirmar a reação vital estão relacionados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Sangue coagulado e aderido à íntima do vaso.
- (B) Equimose retrofaríngea de Brouardel.
- (C) Hemorragia epidural em carbonizados.
- (D) Aumento dos teores de serotonina e de histamina nas margens de ferida cutânea.
- (E) Enfisema aquoso em afogados.

6. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Um problema difícil de resolver nas necrópsias é se uma pessoa caiu porque teve uma hemorragia cerebral ou se sofreu uma hemorragia traumática proveniente da queda.

Os achados anátomo-patológicos em que o patologista forense baseia-se para afastar a causa traumática estão relacionados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Presença de focos de hemorragia cortical.
- (B) Presença de hemorragia e necrose nos núcleos da base do encéfalo.
- (C) Achado de intensa hipertrofia do ventrículo esquerdo do coração.
- (D) Presença de edema cerebral intenso.
- (E) Comprometimento da protuberância pela hemorragia.

7. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Com relação ao resfriamento do corpo humano após a morte, analise as afirmativas a seguir.

I. Se fizermos um gráfico com as temperaturas retais e o tempo pós-morte, obteremos uma linha descendente reta cuja inclinação aumenta nos ambientes frios quando comparada à dos ambientes quentes.

II. A fórmula de Moritz para calcular as horas desde a morte, pela temperatura retal, manda subtrair de 37° a temperatura registrada no momento do exame e somar mais 3 ao resultado. Este expressa o número de horas pós-morte.

III. Em condições semelhantes, o corpo de crianças sofre resfriamento mais rápido que o dos adultos.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

8. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Os fatores que dificultam a instalação dos livores hipostáticos estão relacionados a seguir, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) Ambiente frio.
- (B) Umidade do ar elevada.
- (C) Desidratação.
- (D) Policitemia.
- (E) Compressão da pele.

9. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

A cor dos livores de hipóstase pode dar informação sobre a causa da morte. Normalmente, são vermelho violáceos, tendendo ao roxo nas asfixias.

Assinale a alternativa que indica a cor dos livores de hipóstase nos envenenamentos por drogas metemoglobinizantes.

- (A) Azulada.
- (B) Roxo escuro.
- (C) Vermelho carmim.
- (D) Vermelho parda.
- (E) Vermelho cereja.

10. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Assinale a alternativa que completa corretamente o fragmento a seguir:

Com relação à rigidez muscular, considera-se espasmo cadavérico _____

- (A) a contração de alguns segmentos da musculatura logo após a morte.
- (B) a inversão na ordem de instalação da rigidez (Lei de Nysten).
- (C) o encurtamento das fibras musculares quando a rigidez é muito rápida.
- (D) a ficção criada por relato dos autores antigos.
- (E) a manutenção da última contração muscular em vida até a instalação da rigidez.

11. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Assinale a alternativa que completa o fragmento a seguir.

A reinstalação da rigidez muscular, depende de ter sido desfeita _____

- (A) quando ainda incompleta naquele segmento do corpo.
- (B) em casos de morte muito rápida.
- (C) depois de plenamente instalada.
- (D) em temperatura ambiente muito baixa
- (E) em segmento corporal com musculatura volumosa como a coxa.

12. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

O artigo 26 do Código Penal Brasileiro diz: "É isento de pena o agente que, por doença mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento".

A partir do fragmento acima, analise as afirmativas a seguir.

I. A expressão doença mental, para fins penais, inclui psicoses, demências e crises de epilepsia.

II. Quando isenta de pena o agente, admite que não houve crime.

III. A expressão desenvolvimento mental incompleto abrange oligofrênicos, surdos-mudos e silvícolas.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

13. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

O francês Mègnin criou o conceito dos esquadrões de animais que afluem sucessivamente ao cadáver com o passar do tempo. Contudo, Oscar Freire repetiu seus estudos em Salvador e em São Paulo durante 16 anos e fez várias restrições ao exagero na valorização dessas hordas para a cronotanatognose.

A partir do texto acima, assinale a justificativa não proposta por Oscar Freire.

- (A) Não há exclusividade das espécies para as fases da putrefação.
- (B) A poluição altera o habitat desses animais.
- (C) As espécies têm distribuição geográfica variada.
- (D) Há diferenças na duração das fases evolutivas dos animais pelo clima.
- (E) Há dificuldade na classificação das espécies.

14. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Quando se quer estimar o período pós-morte, um dos métodos propostos é fazer-se a dosagem de eletrólitos no plasma do sangue do cadáver. Dentre as diversas propostas, a que tem sido menos contestada é:

- (A) a medida do sódio.
- (B) a medida do potássio.
- (C) a relação sódio/potássio.
- (D) a medida do cálcio.
- (E) a relação cálcio/magnésio.

15. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Equimose é o extravasamento de sangue que infiltra as malhas dos tecidos. Com relação à equimose, analise as afirmativas a seguir:

I. As equimoses mais profundas tendem à cor violeta por causa do comprimento de onda menor dessa cor.

II. As equimoses ficam esverdeadas e amareladas com o passar do tempo porque o sangue extravasado é digerido pelos macrófagos e a hemoglobina, cindida e transformada em hemossiderina.

III. As equimoses tardias são as que ocorrem em tecidos pouco vascularizados, nos quais o sangramento é mais lento.

Assinale:

- (A) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas a afirmativa II estiver correta.

16. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

As alternativas a seguir apresentam situações que podem sugerir suicídio nas mortes por arma branca, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Cicatrizes lineares paralelas na face anterior do punho.
- (B) Afastamento da roupa da região precordial para penetração da arma.
- (C) Presença de vários entalhes nas bordas de uma ferida de esgorjamento.
- (D) Ferida incisa na borda cubital da mão
- (E) Feridas cervicais superficiais, lineares, paralelas à de um esgorjamento.

17. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

Assinale a alternativa que completa o fragmento a seguir.

O calibre nominal de uma espingarda é expresso _____

- (A) pelo número de esferas de ferro com diâmetro igual ao da boca da arma necessárias para completar 0,453g.
- (B) pelo número de esferas de chumbo com diâmetro igual ao da câmara de combustão da arma necessárias para pesar uma libra.
- (C) pelo número de bagos de chumbo nº 6 que cabem no cartucho.
- (D) pelo resultado da divisão do comprimento do cano pelo seu diâmetro interno.
- (E) pela medida do diâmetro máximo da rosa de tiro na distância padrão de 5m, expresso em polegadas.

18. (FGV - 2011 - PC-RJ - PERITO LEGISTA - CLÍNICA MÉDICA - NECROPSIA)

As alternativas a seguir apresentam várias substâncias que fazem parte da mistura contida na espoleta da maioria das munições modernas, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) Estifinato de chumbo.
- (B) Trissulfeto de antimônio.
- (C) Tetrazeno.
- (D) Nitrato de bário.
- (E) Nitrato de estrôncio.